



## Metroviários de São Paulo decidem manter greve na sexta-feira

A audiência entre metroviários e o Metrô de São Paulo, na tarde desta quinta-feira (5/6), terminou sem acordo no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Os metroviários decidiram, em assembleia manter a paralisação iniciada à 0h quinta-feira (5/6).

A audiência no tribunal foi conduzida pela desembargadora Rilma Aparecida Hemetério, vice-presidente judicial do TRT-2. A reunião teve duração de duas horas e meia e, após intensa discussão, os trabalhadores não aceitaram a proposta de reajuste de 8,7%, mantida pelo Metrô. A empresa oferece também aumentos em outros benefícios, como vale-alimentação, vale-refeição e auxílio-creche. O reajuste pretendido pela categoria dos metroviários, no entanto, baixou para 12,2%, mas não saiu dos dois dígitos.

O Metrô ajuizou dois novos dissídios coletivos no TRT-2, um de greve e o outro econômico. Dessa forma, foi concedido o prazo de 24 horas para os sindicatos dos trabalhadores se manifestarem. Em seguida, será marcada a sessão de julgamento pela Seção de Dissídios Coletivos, cujo presidente, o desembargador Rafael Pugliese, será o relator do caso. Na ocasião, serão decididas as questões relacionadas à greve (abusividade e descontos) e econômicas (reajuste salarial e outros). Como Pugliese participou da elaboração da proposta para que o TRT funcionasse também aos fins de semana — para agilizar julgamentos de casos que pudessem atrapalhar a Copa do Mundo — é possível que a audiência seja no sábado.

A desembargadora Rilma Aparecida Hemetério manteve a liminar de quarta-feira (4/6), que determina a manutenção de 100% de funcionamento nos horários de pico (6h às 9h e 16h às 19h) e 70% nos demais horários, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento. Durante a audiência desta quinta-feira, a desembargadora reclamou de o sindicato ter descumprido a liminar. A alegação dos trabalhadores é que a liminar foi levada para ser discutida na assembleia, mas Rilma reiterou que decisão judicial "é para ser cumprida".

Os sindicatos dos metroviários propuseram o desconto de um dia de trabalho, desde que fizessem a greve com as catracas liberadas. A ideia foi rejeitada pelo Metrô, que alegou não poder renunciar a recurso público — com receita diária de R\$ 5,5 milhões. A greve, diz a empresa, deve ser contra o empregador, não podendo interferir no dinheiro público.

Os sindicalistas querem discutir na Justiça também o plano de carreira, jornada de trabalho e a divisão do PLR. As negociações continuam. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TRT-2.*

### Date Created

05/06/2014